



ATA Nº 06/28.04.2026

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CASA DA CULTURA - MUSEU DA ESCOLA

28 DE ABRIL DE 2026

PRESENCAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

a) Mesa da Assembleia Municipal: -----

Presidente: Daniel Fernando Machado Carvalho (PS); -----

Primeiro Secretário: Cármen Faria Gaspar (PS); -----

Segundo Secretário: Vítor Hugo Monteiro Lopes (PS); -----

b) Outros Membros da Assembleia Municipal: -----

Álvaro dos Santos Borges (PS); -----

António Fernando Magalhães Calçada (PS); -----

José Gabriel Martins Borges (PS); -----

Carlos Alberto Faria Gonçalves (PS); -----

Marta Sandrina Dias Carvalho (PS); -----

Sílvia Costa Faria (PS); -----

Ana Isabel Machado da Silva (PS); -----

Márcio José Barreiro Marcelino (PS – Junta de Freguesia de Canedo); -----

Manuel Morais Alves (PS – Junta de Freguesia de Salvador e Santo Aleixo de Além Tâmega); -

Albino Manuel de Moura Fecha (PS – Junta de Freguesia de Cerva e Limões); -----

Pedro Manuel Martins Noronha de Carvalho (PS – Junta de Freguesia de Santa Marinha); -----



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Artur Agostinho da Silva Rosa (PPD/PSD); -----

Paula Margarida Rodrigues Ribeiro da Costa (PPD/PSD); -----

Maria José Alves Portela (PPD/PSD); -----

Vítor Manuel Linhares Machado (PPD/PSD); -----

Patrícia Raquel Oliveira Vinagre (PPD/PSD); -----

Avelino José da Costa Rego (PPD/PSD – Junta de Freguesia de Alvadia); -----

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

Presidente: João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho (PS); -----

Vereador: Carlos Manuel Martins Rosa (PS); -----

Vereadora: Maria Inês Machado Torres Pereira (PS); -----

Vereadora: Carla Alexandra Meireles Costa (PPD/PSD); -----

Vereador: Jorge Manuel Pereira Teixeira (PPD/PSD); -----

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

OUTRAS PRESENCAS: -----

ABERTURA: -----

O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão às 10:00 horas. -----

----- **PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Ribeira de Pena, Daniel Carvalho, cumprimentou todos os presentes.

No uso da palavra o Membro da Assembleia Municipal Artur Rosa referiu que no lugar da Azeveda, na semana passada, constatou que junto à indicação de Cascata do Cai de Alto, muitos turistas ao direcionarem as suas viaturas para este caminho agrícola, que os leva à atração turística, confrontam-se com a dificuldade de circulação desta via, um caminho



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agrícola. Como sugestão deixou a possibilidade do alargamento do caminho que beneficiará também os residentes ou, pelo menos, a colocação de sinalética.

O Presidente da Junta de Freguesia de Cerva e Limões, Albino Fecha, informou que essa sinalização, que estava encomendada, já chegou, pelo que a muito curto prazo será colocada.

O Membro da Assembleia Municipal Álvaro Borges interveio no sentido de alertar para alguns atos de vandalismo que se têm verificado no concelho, em concreto uma placa identificativa e a cabine telefónica junto ao Centro de Saúde.

-----PERÍODO "DA ORDEM DO DIA"-----

PONTO UM - Apreciar e aprovar a Ata n.º05/27.02.2026, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2026;

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata, não tendo participado na votação os Membros da Assembleia Municipal António Calçada, Paula da Costa e o Presidente da Junta de Freguesia de Alvadia Avelino Rego, por não terem estado presentes.

PONTO DOIS - Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos da alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

O Membro da Assembleia Municipal Álvaro Borges referiu que este documento tem plasmado o que de principal ocorre no concelho, em distintas áreas, por isso o concelho não está nem morto nem parado, pelo que é de louvar esta atuação.

Na sua intervenção o Membro da Assembleia Municipal Artur Rosa, sobre o montante da dívida a fornecedores, e no seguimento do já abordado na sessão anterior, verifica um ligeiro aumento, sendo que na altura justificou com as verbas por receber da DGAL e da venda de energia da mini-hídrica.

Em resposta o Presidente da Câmara Municipal, João Noronha, começou por dizer que no dia a dia, as alterações de tesouraria são constantes. Relativamente a Alvadia a dívida



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mantém-se em aproximadamente 1,5 milhões de euros, sendo que uma parte decorre da sentença que obriga a empresa a pagar 100 mil euros mensalmente, ao dia 15; o remanescente que advém de faturação direta, teve nos meses de fevereiro e março, talvez os mais fracos de sempre, fruto da oscilação no mercado ibérico de venda de energia elétrica, ao ponto de termos que deixar sair a água pelo rio abaixo, sob pena de termos que pagar a produção, vendida a preços negativos. Atualmente está a ser estudada a hipóteses do colocar painéis solares para produção de energia solar com o propósito de a injetar na rede. Mais informou que, em princípio este ano será aberto um novo concurso para a venda da energia produzida por Alvadia, à imagem do que já acontece com Bragadas. Por último lembrar que as guerras que ocorrem têm inflacionado, e muito, os preços a pagar.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO TRÊS- Presente, para aprovação, contrato-programa a celebrar entre o Município de Ribeira de Pena e Probasto – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto;

O Membro da Assembleia Municipal Álvaro Borges interveio para solicitar esclarecimentos sobre o benefício de a Câmara Municipal estar na Probasto e na ADRAT.

O Presidente da Câmara Municipal, João Noronha, respondeu que é, de facto, uma situação difícil. Referiu que desde o início da entrada na Probasto, nos anos 80, os 4 municípios definiram como orientações a procura de candidaturas em setores de atividade específicos; e que sim, a saída da Probasto foi equacionada porque não tem o mesmo enquadramento da ADRAT, aliás esta associação funciona bem melhor. Por exemplo, em 2025 a Probasto só garantiu um apoio a Ribeira de Pena que foi para a recuperação da fachada da Igreja Matriz do Salvador, em aproximadamente 150 mil euros. Na Probasto, estando esta entidade muito direcionada para a agricultura, a Câmara não é “tida nem achada”, pois são os técnicos que analisam e decidem, o que acaba por ser muito prejudicial para o concelho, pelos critérios que definem o enquadramento. Em tempos passados existiam dinâmicas como a Feira do Vinho, todavia perderam-se.

O Membro da Assembleia Municipal Álvaro Borges referiu que, no dia 21 de abril, numa reunião da CIM o Eng. Ramiro falou da produção de produtos endógenos. Mais acrescentou



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que Ribeira de Pena está inserida na região da produção de vinhos verdes, todavia não tem conhecimento da promoção do vinho verde pela Probasto, considerando que o atual benefício desta associação para o concelho de Ribeira de Pena é, nesta data, bastante diminuto.

O Membro da Assembleia Maria José Portela perguntou à Assembleia Municipal o que pretendem como reporte da sua presença nas reuniões da CIM, face à sua qualidade de representante do órgão deliberativo.

O Presidente da Câmara Municipal João Noronha, no uso da palavra, respondeu que se pretende saber o conteúdo dessas reuniões e que para essas reuniões leve as nossas preocupações.

Em nova intervenção o Membro da Assembleia Municipal Maria José Portela perguntou se há ainda vantagens em pertencer à Probasto.

Em resposta o Presidente da Câmara Municipal João Noronha esclareceu que tem muitas dúvidas; inicialmente a questão geográfica foi fundamental na criação da Probasto, para que o concelho de Ribeira de Pena estivesse na região de produção de vinhos verdes. Nos dias de hoje já existe uma enorme promoção de vinhos verdes.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o contrato-programa.

PONTO QUATRO - Presente, para aprovação, informação técnica relativa à suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Ribeira de Pena.

O Membro da Assembleia Municipal Carlos Gonçalves perguntou qual o ponto de situação do PDM.

O Presidente da Junta de Freguesia de Alvalá Avelino Rego referiu que também em Favais existe um projeto para a antiga escola que importa considerar.

O Vereador Carlos Rosa, relativamente às duas observações anteriores, expôs, relativamente à primeira questão, que o PDM está atrasado 7 a 8 meses e, quanto à segunda questão, que



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a mesma está já considerada. Mais acrescentou que os concelhos que já estão com o novo PDM têm mais restrições.

O Presidente da Câmara Municipal, João Noronha, lamentou que às vezes são tecidos comentários injustos, como na última reunião de câmara onde ficou plasmado que nada acontece no Município de Ribeira de Pena, por exemplo na zona industrial, e que não correspondem à realidade, porque alguns lotes foram já vendidos. Por outro lado, muitos não conhecem as dificuldades que existem, a título exemplificativo, como as criadas pelo ICNF que tem prejudicado e muito o concelho de Ribeira de Pena, por isso foi feito um pedido de audiência junto do Secretário de Estado. A título de primeiro exemplo, há 2 ou 3 anos os compartes da Junta de Freguesia do Salvador alienaram a uma empresa uma área, pelo valor aproximado de 210 mil euros. O processo seguiu e deu entrada na Câmara para solicitar uma Declaração de Utilidade Pública (DUP), que haveria de esbarrar no parecer negativo do ICNF, com o argumento de prejuízo florestal. A empresa em causa pretendia instalar-se dentro de determinados *timings* por forma a não perder fundos e apoios, mas não conseguiu. Em resultado desta atuação do ICNF, a empresa que iria criar mais ou menos 50 postos de trabalho, acabou por se deslocar para Fafe arrastando um investimento de mais de 20 milhões de euros. Outro exemplo, ainda, é uma possibilidade de investimento em Bragadas que também tem parecer condicionado do ICNF, com o real receio que não se concretize. De igual modo, este investimento necessita de mão-de-obra, técnica especializada e indiferenciada, do qual poderia resultar proveitos anuais para a Câmara Municipal de muitos milhões de euros. Desta vez o argumento do ICNF foi a obrigação de lhe ser atribuída a mesma área, o problema é que essa área em Ribeira de Pena não existe disponível.

O Presidente da Junta de Freguesia de Alvadia Avelino Rego deu nota que o mesmo se passa na sua freguesia, por exemplo, com a simples necessidade de criar um estábulo, cujo processo está em análise pelo ICNF para emissão de parecer. Também questionámos junto do ICNF se, perante a impossibilidade do local escolhido, quais as alternativas.



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Marinha Pedro Noronha esclareceu que a lei do regime florestal tem aproximadamente 120 anos e Ribeira de Pena é, desde essa altura, maioritariamente florestal.

O Membro da Assembleia Municipal José Gabriel comentou que, perante o que ouviu e o facto destas entidades criarem graves prejuízos ao concelho de Ribeira de Pena, lembrou que há alguns anos atrás no Salão Nobre, em sede de sessão da Assembleia Municipal, foi discutida a possibilidade de prescindir dos serviços florestais do ICNF. Apresentou como sugestão a possibilidade de tanto a Câmara como a Assembleia Municipal assumirem uma posição de força junto do Ministério da Agricultura, que é quem agrega estas entidades, com o argumento do claro prejuízo de milhões de euros para o território. Por fim, disse que quando apareceu o primeiro PDM o considerou um mal necessário.

O Membro da Assembleia Municipal Álvaro Borges ainda sobre a área para a unidade industrial de produtos medicinais relacionados com canábis e com a imposição de reposição de área florestal de igual dimensão, revelou que foi apresentado como solução a aquisição de uma zona de Vieira do Minho, porque está fora da congestão florestal.

O Membro da Assembleia Municipal Vítor Machado interveio apresentando a sua concordância com a sugestão do membro do Assembleia Municipal José Gabriel, como forma de demonstrar o desagrado que existe.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação técnica.

PONTO CINCO - Presente, para aprovação, proposta de recrutamento de cargos de direção intermédia de 2º grau, designação de membros de Júri.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e dos Presidentes de Junta de Freguesia e a abstenção do PSD, aprovar a proposta.

PONTO SEIS - Presente, para aprovação, Relatório e Contas do ano de 2025, do Município de Ribeira de Pena.



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Membro da Assembleia Municipal Maria José Portela interveio considerando que é uma área difícil de intervir, não obstante do pouco que percebeu de uma forma transversal, terá de votar contra, pois qualquer leigo percebe que há um desequilíbrio orçamental, um aumento da dívida, uma baixa liquidez imediata, em resumo um sinal de descontrolo.

O Vereador Carlos Rosa no uso da palavra demonstrou uma clara discordância e contrapôs com a os seguintes argumentos: uma taxa de execução orçamental superior a 85%, a dívida total existente é a mesma que em 2011 mas o orçamento da altura eram apenas 14 milhões de euros e hoje é sensivelmente o dobro, foi cumprido o limite do endividamento bem como o equilíbrio orçamental, foram investidos mais de 7 milhões de euros, direta e indiretamente, e realçou que é muito diferente pedir empréstimos para investir do que para pagar faturas, como o que aconteceu em 2011 com o PAEL.

O Presidente da Câmara Municipal João Noronha interveio frisando que os números não mentem, designadamente: entre a receita arrecadada e a despesa paga há um saldo positivo superior a 900 mil euros, o ativo aumentou mais de 2,2 milhões de euros, relativamente à obrigatoriedade de equilíbrio orçamental para além de se ter verificado o seu cumprimento aumentou mais de 250 mil euros, entre outros bons indicadores. Relembrou também que o objetivo da Câmara Municipal não é dar lucro é satisfazer necessidades coletivas públicas como a educação, saúde, ação social, habitação, cultura, desporto e tantas outras áreas em que o sucesso não se mede pela maximização dos lucros, antes pela felicidade e bem-estar, desenvolvimento sustentável. Em resumo, talvez pelos bons resultados que temos tido é que as pessoas têm continuado a acreditar neste executivo e exemplo disso foram os resultados tão expressivos das últimas autárquicas.

O Vereador Carlos Rosa disse ainda que, atualmente, é preferível pedir empréstimo para investir do que adiar o investimento, porque o custo de adiar é 10 vezes superior.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e dos Presidentes de Junta de Freguesia e a abstenção do PSD, aprovar a proposta.

PONTO SETE - Presente, para aprovação, alteração n.º6 a que corresponde à alteração modificativa n.º2 da receita e da despesa e à n.º1 do plano de atividades;



MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO: A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração.

Nada mais havendo a tratar, a sessão da Assembleia Municipal foi, pelas 11 horas e 40 minutos, encerrada pelo Presidente da Assembleia Municipal, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou e aprovou, por unanimidade, a presente minuta de ata relativa aos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos e vai a mesma ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, Daniel Fernando Machado Carvalho, e por mim, Cármen Faria Gaspar, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, que a redigi.

Ribeira de Pena, em 28 de abril de 2026

O Presidente da Assembleia Municipal

Daniel Fernando Machado Carvalho

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

Cármen Faria Gaspar